

Jorge Mauricio Klanovicz

DIREITO PENAL E POLÍTICA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: Da criminalização da política à tutela penal da democracia

Prefácio

Anderson Vichinkeski Teixeira

Apresentação

José Rodrigo Rodriguez

Área específica

DIREITO CONSTITUCIONAL.
DIREITO PENAL.
DIREITO PÚBLICO.

Áreas afins do livro

CIÊNCIA POLÍTICA E HISTÓRIA.

Palavras-chave

CRIMINALIZAÇÃO DA POLÍTICA. LAWFARE.
PERVERSÃO DO DIREITO PENAL.
BEM JURÍDICO-PENAL. DEMOCRACIA.

FORMATO: 14,5 × 21,5 cm
CÓDIGO: 4239

DIREITO PENAL E POLÍTICA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Da criminalização da política à
tutela penal da democracia

Jorge Mauricio Klanovicz

Prefácio
Anderson Vichinkeski Teixeira
Apresentação
José Rodrigo Rodriguez

FORUM

“Num tempo em que a simplificação é vendida como virtude e a história é tratada como fardo, este livro se propõe a remar contra a maré. O autor demonstra, com precisão teórica e sofisticação argumentativa, que é possível — e necessário — olhar para o passado sem cair no saudosismo, justamente para compreender as perversões do presente. A criminalização da política, aqui, não é apenas um fenômeno empírico: é desnudada como construção simbólica, histórica e institucional. Com coragem, o autor reconstrói a trajetória do Direito Penal brasileiro, identificando continuidades ideológicas que atravessam regimes e discursos. E, ao fazê-lo, mostra que não há saída fora da democracia, e que por isso a sua compreensão precisa servir como base para todos os campos de estudo do Direito. Eis um livro necessário”. Lenio Streck

“No contexto atual em que uma minoria pleiteia a anistia para a horda que invadiu e depredou as sedes dos três Poderes da República: Palácio do Planalto, Congresso Nacional e Supremo Tribunal Federal e para os que financiaram e incentivaram a depredação, a leitura desta obra nos ajuda a compreender as possibilidades e os limites do Direito Penal como um instrumento para proteger a democracia. Nas palavras do autor, ‘a democracia que reclama que o Direito Penal atue para sua proteção é a mesma democracia que deve conter o poder punitivo e impor limitações ao Direito Penal’. Não por isso o instrumento deve ser descartado. Previsto na Constituição e na Lei nº 14.197, de 2021, é para ser usado”. Ela Wiecko

“Cuida-se de uma obra de extrema relevância para bem se compreender os recentes fenômenos de ataque à democracia protagonizados pela extrema direita. A necessidade de a própria democracia ser erigida como bem jurídico constitucional é algo que a história se encarrega de demonstrar. Este livro, com cuidado e profunda pesquisa, se encarrega de fazer um percurso histórico pelas autocracias do século XX até chegar na contemporaneidade. Um livro precioso e incontornável para se compreender a delicada situação da democracia atual”. Ricardo Jacobsen Gloeckner

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

K63d Klanovicz, Jorge Mauricio
Direito penal e política no Brasil contemporâneo: da criminalização da política à tutela penal da democracia / Jorge Mauricio Klanovicz. Belo Horizonte: Fórum, 2025. 270p. 14,5x21,5cm

ISBN impresso 978-85-450-0877-4
ISBN digital 978-85-450-0878-1

1. Criminalização da política. 2. Lawfare. 3. Perversão do direito penal. 4. Bem jurídico-penal. 5. Democracia. I. Título.

CDD: 345
CDU: 343.2

Ficha catalográfica elaborada por Lissandra Ruas Lima – CRB/6 – 2851

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

KLANOVICZ, Jorge Mauricio. *Direito penal e política no Brasil contemporâneo: da criminalização da política à tutela penal da democracia*. Belo Horizonte: Fórum, 2025. 270p. ISBN 978-85-450-0877-4.

Jorge Mauricio Klanovicz

Doutor em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos, com estágio de pesquisa doutoral na Universidade de Florença. Mestre em Direito pela Universidade Católica de Brasília. Especialista em Direito Aplicado ao Ministério Público pela Escola Superior do Ministério Público da União. Procurador da República.

PREFÁCIO	
Anderson Vichinkeski Teixeira	13
APRESENTAÇÃO	
José Rodrigo Rodriguez	17
<i>Data venia, sou fascista?</i>	17
INTRODUÇÃO	21
Palavras iniciais.....	21
Origem da obra e plano de trabalho	23

PARTE I

ASPECTOS TEÓRICOS E ORIGENS DA CRIMINALIZAÇÃO DA POLÍTICA

1	
PALAVRAS INICIAIS E PROBLEMATIZAÇÕES EPISTEMOLÓGICAS..	29
1.1 Criminalização da política.....	29
1.2 Simplificações.....	30
1.3 Simplificação, complexidade e transdisciplinaridade.....	41
2	
ORIGENS	53
2.1 Simplificação e realismo jurídico.....	54
2.2 <i>A etização</i> do Direito Penal e o exemplo nazista.....	63
2.2.1 Dogmática penal, historicidade e argumento pelo exemplo.....	63
2.2.2 Cosmovisão nazista	66
2.2.3 Direito Penal, nazismo e a grande perversão	73
2.2.4 Projeções da perversão no Brasil	78
2.2.4.1 Uma história de continuidade	78
2.2.4.2 Catastrofismo, defesa social e instrumentalidade	80
2.2.4.3 Inimizade	82
2.2.4.4 O papel de Francisco Campos	85
2.2.4.5 A transversalidade ideológica da perversão.....	90
2.2.4.6 Institutos autoritários no Direito Penal contemporâneo.....	93
2.3 Novo arranjo institucional.....	94
2.3.1 Expansão e autonomização do sistema de justiça e do Ministério Público.....	94
2.3.2 Mudança do padrão de judicialização e deslocamento da legitimidade.....	99
2.4 O transplante da experiência italiana	102
2.4.1 As referências à experiência italiana	106
2.4.2 Transplantes	110
2.4.3 Aproximação de modelos institucionais.....	113

PARTE II

DEFINIÇÃO E FUNCIONAMENTO DA CRIMINALIZAÇÃO DA POLÍTICA

3	
DEFINIÇÃO.....	123

4		
	FUNCIONAMENTO	129
4.1	Uso da comunicação e supressão da distinção entre sociedade e Estado	129
4.2	Direito Penal subterrâneo e relativização da legalidade.....	136
4.3	Abusos processuais	139
4.3.1	Violações ao sistema acusatório.....	140
4.3.2	Manipulação de regras de competência e violações à garantia do juiz natural	145
4.3.3	Abuso de prisões cautelares.....	152
4.4	Abusos materiais.....	157
4.4.1	Associação e organização criminosa.....	158
4.4.2	Corrupção	165

PARTE III
UM CAMINHO PARA A SUPERAÇÃO DA CRIMINALIZAÇÃO
DA POLÍTICA: A TUTELA PENAL DA DEMOCRACIA

5		
	FUNÇÃO DO DIREITO PENAL, BEM JURÍDICO E OFENSIVIDADE....	173
5.1	(Dis)funções do Direito Penal	173
5.2	Bem jurídico-penal, Constituição e direitos fundamentais	178
5.2.1	Trajetória: do pecado à Constituição	178
5.2.2	Ofensividade	187
5.2.3	Bem jurídico-penal e direitos fundamentais.....	189
5.2.4	Bem jurídico-penal e direitos a prestações.....	194
5.2.5	Funções do bem jurídico-penal.....	200
6		
	A DEMOCRACIA, SUAS FRAGILIDADES E SUA DEFESA	203
6.1	Democracia	203
6.2	Democracia militante	208
6.2.1	De Weimar à atualidade	208
6.2.2	Operacionalização	217
7		
	A DEMOCRACIA COMO BEM JURÍDICO-PENAL.....	223
7.1	A democracia como bem jurídico-penal e o legislador.....	224
7.1.1	Da doutrina de segurança nacional à tutela do Estado Democrático de Direito.....	224
7.1.2	A Lei nº 14.197/2021.....	231
7.2	A democracia como bem jurídico-penal e o intérprete.....	234
7.2.1	Possibilidade de reconhecimento de omissões legislativas.....	234
7.2.2	Interpretação contextual	235
7.2.3	<i>In dubio pro</i> democracia.....	240
7.2.4	Rigor contra o abuso de institutos.....	241
	CONCLUSÃO	245
	Sínteses conclusivas.....	245
	Palavras finais	255
	REFERÊNCIAS.....	259